



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000720-08.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Isabel Cristina Teodoro**
 Embargado: **Fabio Rodrigo dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Embargos de terceiro opostos por Izabel Cristina Teodoro, contra ato construtivo realizado no processo nº 100314-04.2015.8.26.0566, no interesse do embargado, lá exequente, Fabio Rodrigo dos Santos, que recaiu sobre o veículo VW / Fox, placa DUH 3696. Pede a desconstituição do ato judicial, declarando-se a negativa de propriedade de terceiros, e a inexigibilidade dos débitos tributários posteriores à alienação, que ocorreu em 18.02.2015.

Contestação às fls. 33/34, de reconhecimento da procedência do pedido.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A embargante comprovou ser adquirente de boa-fé, razão pela qual o próprio embargado reconheceu a procedência do pedido, impondo-se, por consequência, o acolhimento dos embargos.

Acolho, pois, os embargos, para desconstituir a penhora efetivada nos autos principais, determinando ainda que a serventia, imediatamente, verifique se nos autos principais houve o bloqueio do veículo pelo Renajud e, caso positivo, providencie o desbloqueio.

O embargado não deu causa à construção indevida, porque foi a embargante quem

1000720-08.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

demorou a providenciar a transferência do automóvel para o seu nome. O embargado não tinha conhecimento de que o bem pertencia a terceiro. Assim, em atenção ao princípio da causalidade, deixo de condená-lo nas verbas sucumbenciais.

P.I.

São Carlos, 31 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**